

GRAMATIZAÇÃO E O RACISMO CAMUFLADO

GRAMMATIZATION AND CAMOUFLAGED RACISM

Marcivania Sousa

UFT

Neila Nunes de Souza

UFT

Resumo: O artigo discute o racismo presente no processo de gramatização, compreendido como a tecnologia intelectual que sistematiza determinadas línguas em gramáticas e dicionários, excluindo outras e contribuindo para desigualdades linguísticas e sociais. A partir das reflexões de Rodrigues Alcalá e Aquino (2024), evidencia-se que a gramatização opera por seleção, legitimando certas formas linguísticas enquanto marginaliza variedades não eleitas, como ocorreu com as línguas indígenas no Brasil após a uniformização do tupi no período colonial. Essa exclusão se articula a mecanismos ideológicos mais amplos de discriminação racial e de classe, conforme discutido por Sousa (2022) e Queiroz (2022), que revelam como discursos sociais e institucionais continuam a associar pobreza, criminalização e analfabetismo a grupos racializados. Além disso, o texto destaca que a formação dos Estados nacionais europeus, o capitalismo mercantil e a urbanização fortaleceram a gramatização como instrumento político de unificação. Assim, o artigo analisa como esse processo histórico mantém, na atualidade, formas persistentes de racismo e desigualdade linguística, dialogando com autores como Silvio Almeida e Tucci Carneiro

Palavras-chave: Racismo; Gramatização; Discriminação linguística.

Abstract: This article examines racism within the process of grammatization, understood as the intellectual technology that systematizes certain languages into grammars and dictionaries while excluding others, thereby reinforcing linguistic and social inequalities. Drawing on Rodrigues Alcalá and Aquino (2024), it shows that grammatization operates through selection, legitimizing specific linguistic forms and marginalizing those not chosen, as seen in Brazil's colonial past with the standardization of Tupi and the suppression of numerous Indigenous languages. This linguistic exclusion aligns with broader ideological mechanisms of racial and class-based discrimination, as discussed by Sousa (2022) and Queiroz (2022), who highlight how institutional discourses continue to associate poverty, criminalization, and illiteracy with racialized groups. The text also emphasizes that the rise of European nation-states, mercantile capitalism, and urbanization strengthened grammatization as a political tool of unification. Thus, the article analyzes how this historical process still shapes contemporary forms of racism and linguistic inequality, drawing on authors such as Silvio Almeida and Tucci Carneiro.

Keywords: Racism; Grammatization; Linguistic discrimination.

Submetido em 27/05/2025

Aprovado em 18/12/2025

INTRODUÇÃO

Este artigo tem por objetivo analisar o racismo no contexto da revolução tecnológica da gramatização, evidenciando as discriminações direcionadas aos grupos cujas línguas não foram incluídas nesse processo como formas consideradas corretas ou legítimas. Como afirmam Rodrigues Alcalá e Aquino (2024, p. 111), “por estar necessariamente baseada em uma operação de seleção, uma gramática estabiliza certas formas e favorece a extinção de outras, o que uniformiza a língua, reduz a variabilidade e modifica pronúncias, formas lexicais ou sintáticas, associações semânticas, etc.”.

Dessa maneira, o processo de exclusão linguística se manifesta desde a escolha das línguas que seriam gramatizadas ou dicionarizadas, deixando à margem diversas outras. Mesmo comunidades indígenas, que apresentam amplo conjunto de línguas e troncos linguísticos, acabaram restringidas a poucas variedades registradas. A gramatização do tupi pelos jesuítas no século XVI, por exemplo, uniformizou o espaço linguístico indígena no Brasil e contribuiu para a redução drástica de mais de 1.100 línguas para menos de 200 Rodrigues Alcalá e Aquino (2024, p. 111). Tal fato evidencia o caráter discriminatório atribuído às línguas que não foram eleitas para compor a gramática destinada aos povos indígenas.

De acordo com Sousa (2022) a trajetória do racismo na sociedade possui um forte cunho ideológico, responsável por determinar a discriminação de indivíduos pela cor da pele, pela condição de pobreza, pelo preconceito racial e pelo preconceito de classe. Essa perspectiva se manifesta, por exemplo, na elaboração do glossário do crime elaborado por Wanderson Queiroz, cujos termos descritos são predominantemente associados às camadas sociais mais vulneráveis — pessoas negras, pobres e analfabetas. Conforme aponta o autor, “outro dado digno de nota é o fato de que, do universo carcerário, 317.542 presos não completaram o ensino fundamental, 101.793 não completaram o ensino médio, 18.711 se declararam analfabetos, 66.866 disseram possuir o ensino médio completo e 4.181 afirmaram terem completado o ensino superior” Queiroz (2022, p. 25).

No que se refere à gramatização das línguas europeias, destaca-se ainda a influência da formação dos Estados nacionais e do processo de urbanização. Fatores como a emergência do capitalismo mercantil, a mobilidade social, a urbanização e a ideologia

humanista — marcada pelo interesse renovado na Antiguidade clássica — criaram um ambiente propício para que a gramatização fosse utilizada como instrumento de unificação linguística e política durante a expansão europeia.

Diante do exposto, este artigo será estruturado em uma única seção, dedicada à análise do racismo presente no processo de revolução tecnológica da gramatização e de como, ainda na modernidade, persistem formas de discriminação linguística, racial, cultural e de classe na sociedade capitalista. Para tanto, serão mobilizados os aportes teóricos de Silvio Almeida (2019) e Tucci Carneiro (1995) no que se refere à temática do racismo; e de Sylvan Aurox (1992), Aquino e Ferreira (2024), Aquino e Rodrigues Alcalá (2024), Rodrigues Alcalá (2018; 2011) e Queiroz (2022) para fundamentar a discussão sobre a revolução tecnológica da gramatização. Por fim, serão apresentadas as considerações finais, com um panorama geral do tema debatido e suas implicações para a compreensão das dinâmicas de racismo e discriminação na sociedade contemporânea.

1 O RACISMO A REVOLUÇÃO TECNOLÓGICA DA GRAMATIZAÇÃO

De acordo com Sylvan Aurox (1992), a gramatização é uma nomenclatura do campo das ideias linguísticas que significa o mecanismo que orienta uma língua a descrever/instrumentar bases de duas tecnologias que hodiernamente são pilares do saber metalinguístico, que são as gramáticas e os dicionários. Os quais orientam os falantes de determinada língua a aprender uma dada língua estrangeira (dicionários bilíngues), ou mesmo o falante da língua materna (dicionários monolíngues), ou os glossários, como cita Queiroz (2022, p. 25), em sua dissertação de mestrado onde discorre sobre o glossário do crime “ os glossários em análise não são aqueles de colarinho branco, praticados por pessoas de classe econômica privilegiada, mas pelas classes pobres, logo, os glossários produzidos são impactados pela realidade da situação carcerária brasileira”.

Diante dessa afirmação de Queiroz, nos remete a definição de Cesare Lombroso acerca do criminoso nato, as características assimetria craniana, mandíbula proeminente, orelhas grandes definidas como predisposição inata para o comportamento criminoso. Ou seja, tanto o glossário do crime quanto as características do criminoso nato recordam as comunidades que estão as margens da sociedade. No primeiro caso, glossário do crime, o próprio autor faz uma crítica, afirma que “não é bem do crime”, mas sim dos

criminosos pobres, pretos e analfabetos os quais os presídios estão superlotados. Em contrapartida os crimes denominados “ crimes dos colarinhos branco” conforme cita Alessandro Barata

[...] de modo algum, que o desvio criminal se concentre, efetivamente, na classe proletária e nos delitos contra a propriedade (...) o comportamento criminoso se distribui por todos os grupos sociais, que a nocividade social das formas de criminalidades próprias das classes dominantes e , portanto, amplamente imunes, é muito mais grave do que a toda a criminalidade realmente perseguida (...) o sistema de imunidades e da criminalização seletiva incide em medida correspondente sobre o estado das relações de poder entre as classes, de modo a oferecer um salvo conduto mais ou menos amplo para as práticas ilegais de grupos dominantes. (BARATTA, 2011,p.198)

Conforme Alessandro Baratta, toda sociedade comete crime, porém os olhares do poder coercitivo do estado, somente se volta para as classes subalternas, sem poder aquisitivo e analfabetos. Fato que vai ao encontro do pensamento da autora Rodrigues-Alcalá (2011) no seu artigo a escrita e a gramática como tecnologias urbanas: a cidade na história das línguas e das ideias linguísticas, para a autora a gramatização é indissociável a urbanização, dessa forma após instaurada a ordem urbana brasileira, já passou a opor, de um lado aqueles que vivem na zona urbana de outro lado os que vivem na zona rural.

Independente se é letrado ou não, mas se não faz parte do mesmo espaço social, já se permeia uma discriminação, ou seja, com o advento da escrita concomitantemente com a urbanização aqueles que viviam “civilizados”, já tinha um olhar diferenciado de preconceitos com que vivia no campo. O sujeito urbano escolarizado, no outro extremo, que ao bem dizer a língua constrói também sua urbanidade, a legitimidade de seu lugar na cidade, como mostram os trabalhos de C. Pfeiffer (2001) O fato de ser cidadão lhe dar uma nova identidade, pois tem a língua escrita como mecanismo de diferenciação dos outros que residem no campo. Não obstante cita que mesmo no interior do espaço da cidade, esse imaginário passou a situar, num extremo, o analfabeto analisado por M. Vieira nas definições do dicionário, em que quem não domina as tecnologias da escrita é representado como um sujeito intrinsecamente incapaz Rodrigues Alcalá, (2011, p. 18).

Como Auroux cita a língua somente existe se estiver dicionarizada/gramatizada, caso a palavra que o provinciano falar não estiver contido nestas duas tecnologias, ele não

sabe falar ou a palavra não existe compreender que o racismo está impregnado na sociedade em diversas formas, o diferente é discriminado, se você não fala, não se veste conforme os moldes dos grupos dominantes já sofre discriminação. De acordo com as lições Almeida (2019) o racismo se divide em três abordagens: individualista (descrita como comportamento individual ou de pequenos grupos isolados); institucional (também são parte das instituições, e serve para manter determinado grupo no poder) e estrutural (está impregnado na sociedade).

Pode se afirmar que o racismo é um problema social, histórico e estrutural que vai crescendo dentro da sociedade a medida que os grupos dominantes vão impondo suas culturas, seus costumes e seus modos linguísticos de falar e escrever. No caso em questão do processo de gramatização que originou do ocidente e veio se espalhando para as colônias conquistadas como a maneira correta, o jeito certo de falar e escrever, ou seja, tudo que destoa do pregado pelo grupo dominante é feio, é errado. Para a autora Carneiro (1995) em seu livro *O Racismo na História do Brasil: mito ou realidade* relata que “o racismo é mais que uma discriminação ou preconceito racial, é uma ideologia de que grupos humanos são por natureza, superiores a outros, e usa o conceito científico de raça de modo deformado, pois a utiliza com a finalidade de caracterizar diferenças religiosas, linguísticas e até mesmo as culturais.”

Neste diapasão, considerando o contexto histórico da trajetória brasileira da colonização ocidental, percebe-se que a nossa sociedade, até os dias atuais ainda vivem os ditames da cultura europeia. Movimento este que ocorreu em um contexto histórico marcado pela centralidade política do Ocidente, resultante da grande expansão europeia, que buscou universalizar as formas de vida ocidentais, incluindo suas línguas e as ideias sobre elas. Pode-se dizer do processo de colonização espalhado por todo mundo, onde o ocidente levou sua cultura, costume e modo de viver para as colônias colonizadas, pois era o modo de vida considerado válido e correto conforme os termos de cultura e civilização.

De acordo com Rodriguez-Alcalá (2018) o termo cultura anteriormente era definido como sendo os cuidados com as colheitas, no entanto nos séculos XVII e XVIII passou a ser associada ao termo “desenvolvimento humano”, afirma que nesse sentido dominante de cultura que aderiu a formação dos Estados nacionais modernos. É relevante notar que a partir da mudança de significado do termo cultura, aqueles que não cultivaram a terra, não produziram formas elaboradas de espaço, nem formas elaboradas

de sociabilidade, permanecendo em “estado natural” eram considerados os “bárbaros”, “os selvagens” como o esteriótipo impregnado nos povos indígenas. Dessa forma, gramatização, portanto, foi não apenas um processo linguístico, mas também um fenômeno político e social, essencial para a constituição de um espaço comum nas sociedades emergentes.

De acordo com Aurox (1992) essa gramatização, considerada a segunda grande revolução linguística após a invenção da escrita, foi um marco que, ao lado da revolução tecnológica do computador no século XX, configurou a terceira revolução da linguística: a informatização e mecanização da linguagem, ou tecnolinguística. Prova de que a revolução tecnológica da gramatização é um processo histórico que vai se transformando de acordo com as necessidades da sociedade e que a terceira revolução é a tecnológica, com isso, atualmente quem não sabe operar as tecnologias como computadores, tablets, celulares android, iphone fica às margens da sociedade, não consegue se relacionar de modo completo e satisfatório com a nova sociedade conectada. Com isso, mais um fator discriminatório para ser gerenciado pela sociedade.

Esse é um ponto crucial, pois a gramatização não se limita ao passado, mas continua a evoluir, adaptando-se às novas tecnologias, como a digitalização e o uso de algoritmos para o processamento de textos. A revolução da gramatização, portanto, se expande constantemente, refletindo as mudanças culturais e tecnológicas que ocorrem ao longo do tempo. É fundamental fazer uma reflexão sobre a gramatização das línguas nos territórios colonizados. No Brasil, por exemplo, o trabalho linguístico foi realizado por missionários como o padre José de Anchieta, que escreveu a primeira gramática do tupi, com o objetivo de facilitar a comunicação com as populações locais e impor a catequese.

Esse movimento de gramatização, embora tenha contribuído para a preservação de algumas línguas nativas, estava essencialmente vinculado ao projeto colonial de subordinação das culturas locais à língua e à cultura dos colonizadores. Como Aurox (1998) aponta, o processo de gramatização nos territórios colonizados foi uma estratégia para a imposição das línguas e valores da metrópole, visando à unificação cultural e política dentro do império colonial. Conforme Orlandi Guimarães, (2001). O processo de colonização reflete até hoje nas sociedades pós-coloniais, onde as línguas coloniais, como o português, o espanhol, o francês e o inglês, continuam a ser as línguas oficiais em muitos países, incluindo o Brasil. Isto é reflexo do legado colonial, no qual as línguas

européias continuam a exercer uma grande influência, mesmo após a independência das antigas colônias.

Observa-se que o processo de gramatização das línguas não foi apenas uma evolução linguística, mas também um fenômeno político e social. Ela surgiu como uma necessidade de organização e controle, mas também como uma ferramenta para a afirmação de identidade, seja no contexto das nações europeias ou nas colônias. Essa história de gramatização, marcada por transferência e adaptação, continua a nos mostrar como a língua e a gramática são centrais para as relações de poder, identidade e comunicação na sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de gramatização, conforme discutido, ultrapassa a noção de uma simples evolução linguística, pois se articula diretamente a fenômenos históricos, sociais e políticos que moldaram as sociedades coloniais e continuam a reverberar nas estruturas contemporâneas. Ao longo da história, tanto a imposição da língua dos colonizadores quanto as diferentes revoluções tecnológicas foram utilizadas como instrumentos de controle, unificação e subordinação das culturas locais, convertendo a língua em um mecanismo de exclusão social.

No Brasil, esse legado manifesta-se na permanência da língua portuguesa como idioma oficial e na marginalização das línguas indígenas e de outras formas de expressão cultural. A gramatização, nesse sentido, relaciona-se ao racismo estrutural ao evidenciar que as classes marginalizadas — representadas por populações negras, indígenas e analfabetas — são frequentemente classificadas como “incapazes”, uma vez que as normas linguísticas impostas pelos colonizadores e pelos grupos detentores do poder não as representam.

Nesse contexto, a linguagem e a gramática deixam de ser meros instrumentos de comunicação e passam a funcionar como marcadores de identidade e status, contribuindo para a manutenção das desigualdades sociais. Ademais, ao considerar o avanço das tecnologias digitais, observa-se que a revolução tecnológica da gramatização se expandiu para o campo da informatização e da mecanização da linguagem. A exclusão digital, de modo semelhante à exclusão linguística, gera novas formas de marginalização, tendo em vista que, quem não se adequar a referida revolução tecnológica ficará às margens da sociedade contemporânea.

Assim, a gramatização, situada em suas raízes históricas ocidentais, reflete o processo de imposição cultural, política e econômica dos colonizadores sobre as populações colonizadas. Esse fenômeno não deve ser compreendido isoladamente, mas como parte de uma dinâmica contínua de poder, identidade e exclusão. Para além do domínio da língua, é imprescindível reconhecer que o acesso à educação, às tecnologias e aos processos de letramento constitui elemento determinante para a inclusão social efetiva. O racismo, presente em todas essas esferas, requer uma reflexão crítica e um esforço coletivo no intuito de superar as barreiras que perpetuam desigualdades, seja no

campo da linguagem, da cultura ou da tecnologia.

Dessa forma, torna-se necessário promover um debate amplo sobre o papel da língua e das tecnologias de gramatização na construção de uma sociedade mais justa e igualitária, que reconheça a diversidade linguística e cultural e enfrente as formas de exclusão que ainda marcam a história das sociedades pós-coloniais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. -- São Paulo : Sueli Carneiro ;Pólen, 2019..

AUROUX, Sylvain. **A revolução o tecnológica da gramatização** Trad. Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1992.

BARATTA, Alessandro. **Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal**. Introdução à Sociologia do Direito Penal. 6o ed. Rio de Janeiro: Revan, 2011

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **O racismo na história do Brasil: mito ou realidade**, 2a Ed. São Paulo: editora Atíca, 1995.

FERREIRA, Ana Cláudia Fernandes; AQUINO, Edi Carlos. **Ideias Linguísticas I**. in _____ (org). Na Movência dos conceitos. Rio de Janeiro. Autografia. 2024. P. 138-145.

FERREIRA, Ana Cláudia Fernandes; AQUINO, Edi Carlos. **Ideias Linguísticas II**. . in (org). Na Movência dos conceitos. Rio de Janeiro. Autografia. 2024. P. 146-152.

RODRIGUES ALCALÁ Carolina. **Nota sobre a noção de cultura e sua relação com a de civilização o ocidente como observatório das formas de vida social**. Revista Fragmentum n.Especial Jul/dez 2018..

RODRÍGUEZ-ALCALÁ, Carolina. **ESCRITA E GRAMÁTICA COMO TECNOLOGIAS URBANAS: A CIDADE NA HISTÓRIA DAS LÍNGUAS E DAS IDEIAS LINGÜÍSTICAS** Cad.Est.Ling., Campinas, 53(2):197-217, Jul./Dez.2011.

RODRÍGUEZ-ALCALÁ, AQUINO, Edi Carlos. **Gramatização: O Conceito**. 1ª ed. **Rio de janeiro**. in _____ (org). Na Movência dos conceitos. Rio de Janeiro. Autografia. 2024. P. 108-116.

RODRÍGUEZ-ALCALÁ, AQUINO, Edi Carlos. **Gramatização: O Fato Histórico**. . in (org). Na Movência dos conceitos. Rio de Janeiro. Autografia. 2024. P. 117-124.